

CNPJ nº 19.980.957/0001-70  
Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021

## Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 milhares de Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>
Caixa e equivalente de caixa	7	12.924	5.587	Fornecedores
Concessionárias	8	5.293	8.327	Impostos a pagar
Impostos a compensar	9	17	17	Dividendos e JSCP a pagar
Cauções e depósitos vinculados	11	318	359	Empréstimos e financiamentos
Material para uso e consumo	14	30	-	Outras contas a pagar
Adiantamento a fornecedores	12	18	26	
Despesas antecipadas	13	55	83	
Outros créditos	13	232	-	
		<b>18.886</b>	<b>14.399</b>	
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>
Concessionárias	8	-	1.298	Empréstimos e financiamentos
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	80	55	Provisão para desmantelamento
Partes relacionadas	10	46	-	Outras contas a pagar
Outros créditos	13	1.659	-	
Cauções e depósitos vinculados	11	2.454	1.936	
Imobilizado	14	126.556	128.531	
Intangível	15	202	241	
		<b>130.998</b>	<b>132.061</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>149.885</b>	<b>146.460</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>

Numa base anual, as provisões são feitas para cobrir despesas futuras. A atualização

de estudos, projetos, construção e operação da Central Eólica Aventura

prática de atos de comércio em geral relacionados a essas atividade. A Companhia tem sede e fóra na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 8, Itaim, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **1.1 Autorização das Centrais Eólicas - Aventura I:** A Companhia, em 13 de dezembro de 2013, vendeu 10,5 MW médios de energia no Leilão A-5 para diversos distribuidores de energia, ao preço de R\$108,9/MWh. O empreendimento está localizado no Estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O empreendimento possui capacidade instalada de 28,2 MW. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR) tiveram início de suprimento em 1º de maio de 2019, e foram automaticamente antecipados desde 1º de janeiro de 2019, dado que a usina iniciou operação comercial antes de maio. O contrato termina em 31 de dezembro de 2037. Em 28 de março de 2019, por meio dos Despachos N° 692, a ANEEL liberou para o inicio da operação comercial de 12 unidades geradoras de 2.350 kW cada, totalizando 28.200 KW de capacidade instalada do parque eólico Aventura I, localizada no município de Touros, no estado do Rio Grande do Norte. Em janeiro de 2019, a Companhia renegociou com alguns de seus clientes a suspensão da entrega de energia elétrica para os contratos de comercialização regularizados resultantes do Leilão A-5 (CCEAR) a partir da entrada em operação. Com base no cenário de mercado favorável, a Companhia descontratou 0,703 (MWm) dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEAR), e celebrou um contrato de venda de energia de mercado livre com a EDP Comercializadora. **COVID-19 - Coronavírus - Impactos para a Companhia:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) se pronunciou afirmando que a (COVID-19) é uma pandemia. Devido à situação, governos e o setor privado tomararam decisões significativas que, somadas ao impacto da pandemia, geraram incertezas para os agentes econômicos que podem gerar impacto nas demonstrações financeiras. No Brasil, os governos federal, estadual e municipal publicaram dezenas de atos normativos para prevenir e conter a pandemia, como instauração do estado de calamidade, restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A Administração tem avaliado de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se expõham a situações de risco, tais como: instalação de comitê executivo específico para acompanhar as questões relativas ao COVID-19, restrição de viagem nacionais e internacionais e suspensão de visitas técnicas, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, intensificou a higienização das áreas comuns do escritório, etc. A Companhia adotou medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. A Companhia não sofreu impacto significativo financeiro e econômico ao longo do exercício de 2021. Para 2022 o efeito financeiro e econômico, dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A EDP Renováveis S.A, sendo o principal acionista da Companhia, tem vindo a reforçar a sua posição financeira com aporte de capital, tornando-a mais bem preparada para absorver os potenciais impactos que podem advir desta pandemia. A Companhia, como parte integrante das comunidades locais, está empenhada em apoiar a sua recuperação e desenvolvimento. A Companhia tem desenvolvido iniciativas em todas as localidades onde está presente para ajudar as comunidades locais no combate à pandemia, em coordenação com o Grupo EDP. A Companhia faz doações para bancos de alimentos, equipamentos médicos e kits de teste rápido. A resposta da Companhia à crise global está alinhada com o seu compromisso de manter uma relação de proximidade com as comunidades locais, buscando conhecer, respeitar e atender às suas necessidades, buscando contribuir para a melhoria das condições de vida da sociedade. A Companhia não teve gastos significativos em circunstâncias da pandemia para a construção do parque eólico. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. **Constrained-off:** Em 2019, a ANEEL instaurou a audiência pública nº 034 para tratar da regulamentação referente aos procedimentos e critérios para apuração do montante e respectivo resarcimento em decorrência de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas conectadas em rede básica ou demais instalações de transmissão (DIT) e que são desacopladas centralizadamente ou parte de conjuntos de usinas consideradas na programação da operação. Simultaneamente, estabeleceu a CCEE a suspensão dos resarcimentos estabelecidos em contratos de energia elétrica no ambiente de contratação regulada (CCEAR) e na contratação de energia de reserva apurados a partir de agosto de 2019, relativos a usinas eólicas objeto de pedidos de reconhecimento de constrained-off à ANEEL, como consubstanciado no Despacho nº 2.303, de 20 de agosto de 2019 ("Despacho"). O Despacho não trata, porém, das usinas que não possuem os referidos contratos. Em outubro de 2020, a Aneel publicou Nota Técnica com a análise das contribuições e nova minuta de normativa, na qual estabelece que somente os eventos de restrição por constrained-off ocorridos a partir de 7º mês civil após a publicação da normativa estarão submetidos ao novo regramento, excluindo os casos sobrestados referentes às usinas com contratos tanto no ambiente regulado quanto no livre. Em março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 927, estabelecendo critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por constrained-off de usinas eólicas. Dentro os critérios definidos estão as classificações de eventos, o escopo quanto à modalidade de desapropriação das usinas, a forma de cálculo da energia não fornecida, a forma da valorização da energia não fornecida, a forma de alocação de riscos ordinários e extraordinários relativos ao constrained-off, as responsabilidades dos agentes de geração, do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e da CCEE, a forma de pagamento pelos eventos de constrained-off, bem como os pagamentos. No entanto, somente eventos provocados por restrições elétricas em instalações externas às usinas eólicas são motivadores de resarcimento. Além disso, a REN 927 definiu pela segregação da apuração dos eventos de restrição de operação por constrained-off das usinas ou conjunto de usinas eólicas de acordo com o momento de sua ocorrência, a saber: passado e transitório, e futuro (a partir de outubro de 2021). A apuração e resarcimento para o período passado e transitório está limitado aos contratos regulados. Para os eventos futuros, a apuração e resarcimento ocorrerá para usinas contratadas tanto no mercado regulado quanto livre. No entanto, o pagamento somente ocorrerá quando os eventos de indisponibilidade externa por restrições elétricas superarem 78 horas. A Companhia está avaliando os impactos financeiros da operação por constrained-off. A Companhia faz parte dos casos sobrestados na Aneel cujos resarcimentos referentes ao CCEAR encontram-se suspensos nos termos do referido Despacho.

Assim, estas demonstrações financeiras fornecem informações relevantes próprias das demandas, que complementam aquelas utilizadas pela Administração.

pondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2012. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões de imposto diferido; disponibilidade do lucro tributável futuro;

Imposto diferido: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual os prejuízos fiscais possam ser utilizados (nota explicativa nº 9.1); • Provisão para arrendamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº 19); • Imobilizado: determinação da vida útil e do valor residual, com base em dados não observáveis significativos (nota explicativa nº14); Provisões desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade de e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº18); • Receita operacional líquida: (ajuste de receita) premissas para determinação do valor da receita conforme sua geração, com em dados da geração efetiva (nota explicativa nº 21).

valor recuperável (impairment) anualmente em (impairment), o valor registrado de impairment

(impairment), o valor registrado de impairment em anos anteriores é revertido do resultado. No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo da aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear a taxa anual de 2,58%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados aos prazos de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em outras receitas/despesas operacionais. O valor residual foi estimado com base no valor de sucata extraível do parque eólico. A Companhia calculou o volume total de metal a ser reciclado (essencialmente aço e cobre) e avaliou-o com base nos preços históricos da sucata.

**d) Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem os gastos com direito de uso que estão registrados pelo custo de aquisição. A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado pelo método linear com relação às úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo do prazo da autorização da licença de operação.

**e) Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros:** São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências

de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o recont

tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativos não financeiros**: A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e intangível, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras das Caixas (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo. Entradas dessas caixas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido da depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i) Demais ativos circulantes**: São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **g) Operações de arrendamento**: Em dezembro de 2017, foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que os arrendatários e arrendadores fornecem informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais. Porém, foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

(Nota 19). Os critérios de reconhecimento e mensuração

arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações. Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia tem em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, ela reconhece: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos a aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2). A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1). A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos do parque eólico, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo e ter parcela fixa de remuneração. **h) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços e encargos de uso de rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **i) Dividendos:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de reservas de lucros, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigações presentes nas demais das demonstrações financeiras. **j) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subseqüentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **k) Provisões**  
**Contingências:** São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são reestruturadas com base nas melhores estimativas do risco envolvido, amparada por seus assessores leais.

ônio Líquido Nota 31/12

16

Caixa e equivalente de caixa	7	12.924	5.587
Concessionárias	8	5.293	8.327
Impostos a compensar	9	17	17
Cauções e depósitos vinculados	11	318	359
Material para uso e consumo	14	30	-
Adiantamento a fornecedores	12	18	26
Despesas antecipadas	13	55	83
Outros	13	232	-
<b>Não circulante</b>		<b>18.886</b>	<b>14.399</b>
Concessionárias	8	-	1.298
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	80	55
Partes relacionadas	10	46	-
Outros créditos	13	1.659	-
Cauções e depósitos vinculados	11	2.454	1.936
Imobilizado	14	126.556	128.531
Intangível	15	202	241
<b>Total do ativo</b>		<b>130.988</b>	<b>132.061</b>
<b>149.885</b>	<b>146.460</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Notas explicativas das demonstrações financeiras</b>			
1. CONTEXTO OPERACIONAL	A Central Eólica Aventura I S.A. ("Companhia" ou "Aventura I"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituida em 31 de março de 2014, controladora da EDP Renováveis Brasil S.A. (EDP), tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica Aventura I e comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fuso na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 8, Itaim, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. 1.1 Autorização das Centrais Elétricas - Aventura I: A Companhia, em 13 de dezembro de 2013, vendeu 10,5 MW médicos de energia no Leilão A-5 para distribuidoras de energia, ao preço de R\$108,9/MWh. O empreendimento está localizado no Estado do Rio Grande do Norte, região norte do Brasil. O empreendimento possui capacidade instalada de 28,2 MW. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEE) tiveram início de suprimento em 1º de maio de 2019, e foram automaticamente antecipados desde 1º de janeiro de 2019, dado que a usina iniciou operação comercial antes de maio. O contrato termina em 31 de dezembro de 2037. Em 28 de março de 2019, por meio dos Despachos N° 692, a ANEEL liberou para o início da operação comercial 12 unidades geradoras de 2.350 kW cada, totalizando 28.200 kW de capacidade instalada do parque eólico Aventura I, localizado no município de Touros, no estado do Rio Grande do Norte. Em janeiro de 2019, a Companhia renegociou com alguns de seus clientes a suspensão da entrega de energia elétrica para os contratos de comercialização regulamentados resultantes do Leilão A-5 (CCEE) a partir da entrada em operação. Com base no cenário de mercado favorável, a Companhia descontratou 0,703 (MWm) dos contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (CCEE), e celebrou um contrato de venda de energia de mercado livre com a EDP Comercializadora, COVID-19 - Coronavírus - Impactos para a Companhia: Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) se pronunciou afirmando que a (COVID-19) é uma pandemia. Devido à situação, governos e o setor privado tomaram decisões significativas que, somadas ao impacto da pandemia, geraram incertezas para os agentes econômicos e podem gerar impacto nas demonstrações financeiras. No Brasil, os governos federal, estadual e municipal publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, como instauração do estado de calamidade, restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A Administração tem avaliado de forma constante o impacto da pandemia nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. A Companhia implementou uma série de medidas de precaução para que seus empregados não se expõham a situações de risco, tais como: instalação de comitê executivo específico para acompanhar as questões relativas ao COVID-19; restrição de viagens nacionais e internacionais e suspensão de visitas técnicas, utilização de meios de comunicação remota, home office para determinado grupo de empregados, intensificou a higienização das áreas comuns do escritório, etc. A Companhia adotou medidas adicionais para reduzir a exposição dos seus empregados aos riscos de contaminação, garantindo a continuidade da prestação dos seus serviços, essenciais à sociedade. A Companhia não sofreu impacto significativo financeiro e econômico ao longo do exercício de 2021. Para 2022 o efeito financeiro e econômico, dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconómicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social. A EDP Renováveis S.A, sendo o principal acionista da Companhia, tem vindo a reforçar a sua posição financeira, com aporte de capital, tornando-a mais bem preparada para absorver os potenciais impactos que podem advir desta pandemia. A Companhia, como parte integrante das comunidades locais, está empenhada em apoiar a sua recuperação e desenvolvimento. A Companhia tem desenvolvido iniciativas em todas as localidades onde está presente para ajudar as comunidades locais no combate à pandemia, em coordenação com o Grupo EDP. A Companhia fez doações para bancos de alimentos, equipamentos médicos e kits de teste rápido. A receita proveniente das áreas comuns do escritório, etc. A Companhia adotou medidas adicionais para reduzir a exposição das condições de vida da sociedade. A Companhia não teve gastos significativos em circunstâncias da pandemia para a construção do parque eólico. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos normais e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de julho de 2022. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos da administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20		

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.  
 A QR code is located here, which, when scanned, provides access to the digital signature of this document. The authenticity of this document can also be verified through its digital signature, which can be found at the following link:  
<https://pubilegal.diariodenoticias.com.br/>

<https://publilegal.aliancaodenoticias.com.br/>

...continuação

**17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Composição do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	
31/12/2021	4.072	4.054	48.524
31/12/2020	52.614		
BNDES			
Encargos de dívida	174	158	(586)
Custo de transação	-	-	(688)
<b>Total</b>	<b>4.246</b>	<b>4.212</b>	<b>47.938</b>

O contrato vigente, prazo, modalidade, custos e garantias da Companhia está apresentado a seguir:

**Contrato**

Instituição financeira BNDES

Valor contratado R\$ 58.500

Data da contratação 28/08/2017

Valor liberado R\$ 58.500

Vigência do contrato 28/08/2017 a 15/11/2034

Custo da dívida TJLP e 2,02% a.a. fixo

Forma de pagamento Principal e juros mensais

Custo de transação Amortização mensal

Mutação dos empréstimos e financiamentos:

**Circulante****Não circulante****Custos de transação****Total**

Saldo em 31/12/2020

Pagamento de juros 4.054

Juros provisionados - 3.616

Transferências 4.090

Papel principal (4.072)

Amortizações -

Saldo em 31/12/2021 4.072

Vencimentos das parcelas não circulante são apresentados a seguir:

Ano de vencimento

2023 3.988

2024 3.988

2025 3.988

2026 3.988

2027 3.988

2028 a 2032 23.825

**Total**

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia finalizou a contratação de um empréstimo junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no valor total de R\$ 58.500. Esse empréstimo foi destinado à implementação do Parque Eólico Aventura I, localizado no município de Touros, estado do Rio Grande do Norte. A remuneração do empréstimo é de TJLP mais 2,02% ao ano. Os pagamentos do principal e juros serão realizados em 192 (cento e noventa e duas) parcelas na data de vencimento, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2019 e o último em 15 de novembro de 2034.

Garantias contratuais: Em virtude do referido empréstimo, a Companhia irá ceder os seguintes itens como garantia às Companhias, receita proveniente da venda de energia elétrica ao consumidor, quando emitida em contracorrente e direta, com garantia geral (máximo de 105,82 GWh).

Obrigações contratuais: Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNDES, as quais passaram a ser exigidas somente após o início das operações, que aconteceu a partir de 2020 (nota explicativa nº 11). Abaixo, detalhamos essas obrigações: • Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo integral mínimo de Q4/M equivalente a 3 prestações mensais do contrato de manutenção e operação dos aerogeradores; • Apresentar em conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de divida no valor (3 trés) vezes o valor mensal do serviço da divida incluindo principal e juros; • Manter uma geração mínima líquida de 105,82 GWh;

• Manter anualmente um índice de cobertura da divida de no mínimo, igual ou superior a 1,2. A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim de que essas obrigações sejam atendidas. A Companhia atendeu plenamente a todas as obrigações restritivas (covenants quantitativos e qualitativos) e cláusulas cujos indicadores devem ser mensurados na data base de 31 de dezembro de 2021.

**18. PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO**

Desmantelamento

Total 857

A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:

Saldo em 31/12/2020

Adição

Atualização monetária

Baixa

Saldo em 31/12/2021

Previsões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituições provisões destas naturezas nas usinas de geração de energia elétrica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a remoção dos resíduos e das estruturas que não se consideram direto à existência de um contrato de arrendamento, mas sim determinados pela Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento. A provisão para desmantelamento do Parque Eólico Aventura I está registrada em contrapartida ao imobilizado (nota explicativa nº 14). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico, conforme nota explicativa nº 27. As provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras. A Companhia revisa suas premissas para a provisão de desmantelamento periodicamente e, com a revisão finalizada em dezembro de 2021, registrou em seu balanço uma diminuição de R\$1.556. O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa dessas custas por entidades externas idênticas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao final da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e, posteriormente, calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 11,22% a.a.

**19. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

31/12/2021 31/12/2020

**Circulante****Não circulante****Total**

Provisão para arrendamentos 49

Dividendos 2.187

Pagamentos 2.236

Saldo em 31/12/2021

A Companhia obteve suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia. A taxa obtida foi de 11,22% a.a. para terrenos.

Terrenos 2.279

Total 4.996

En decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 2.2.1), a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguel conforme demonstrados abaixo:

Terrenos 2.279

Total 4.996

Saldo em 31/12/2020

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2021 totalmente integralizado é de R\$ 81.679 (R\$ 81.679 em 31 de dezembro de 2020). O Capital social é composto de 9.728 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 51% de posse da EDN Renováveis Brasil. A composição acionária ficou da seguinte forma:

31/12/2021 31/12/2020

**Nº de títulos****%****Nº de títulos****%**

Acionistas 9.728 100% 9.728 100%

EDP Renováveis Brasil S.A. 4.961 51% 4.961 51%

China Three Gorges Brasil Energias Ltda 4.767 49% 4.767 49%

Total 9.728 100% 9.728 100%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.<sup>20.2 Descrição do lucro:</sup> Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de contribuição da reserva legal, da forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No caso de não pagamento da referida parcela, o acionista poderá requerer ao Conselho de Administração o direito ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá pagar a parcela de distribuição dividendo, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessa de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Entretanto, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuiu impositivo para distribuir dividendos.

Lucro líquido apurado no exercício 8.579 799

Constituição de reserva legal (%)(a) (429) (40)

Lucro do exercício ajustado 8.149 759

Destinação do lucro ajustado 8.149 759

Dividendo mínimo obrigatório 2.037 190

Reserva de retenção de lucros (b) 6.112 569

(a) Reserva de lucros - legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia manteve reserva no montante de R\$615 (R\$186 em 31 de dezembro de 2020) a título de reserva legal.

Aos Administradores e Acionistas Central Eólica Aventura I S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Aventura I S.A., "Companhia", que compreendem balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como os correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Aventura I S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "A Segurança da Auditoria". Responsabilidades do auditor: a auditoria das demonstrações financeiras é independente em relação ao Conselho de Administração, ao diretor executivo e aos outros oficiais relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

(b) Reserva de lucros - legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia manteve reserva no montante de R\$615 (R\$186 em 31 de dezembro de 2020) a título de reserva legal.

Central Eólica Aventura I S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Aventura I S.A., "Companhia", que compreendem balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como os correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Aventura I S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "A Segurança da Auditoria". Responsabilidades do auditor: a auditoria das demonstrações financeiras é independente em relação ao Conselho de Administração, ao diretor executivo e aos outros oficiais relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

(b) Reserva de lucros - legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia manteve reserva no montante de R\$615 (R\$186 em 31 de dezembro de 2020) a título de reserva legal.

Central Eólica Aventura I S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Aventura I S.A., "Companhia", que compreendem balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como os correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Aventura I S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "A Segurança da Auditoria". Responsabilidades do auditor: a auditoria das demonstrações financeiras é independente em relação ao Conselho de Administração, ao diretor executivo e aos outros oficiais relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

(b) Reserva de lucros - legal: De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social